

Edição 11.177 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **SEXTA-FEIRA // 13.11.2026 // Cascavel-PR** **www.gazetadoparana.com.br**

Governo do PR trava licitações e obras de convênios municipais

●**Deliberação impede novas contratações e ordens de serviço** em acordos abrangidos pelo decreto; municípios podem ter de arcar com despesas

●Em maio, o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, **reconheceu que o Estado não teria condições de atender à totalidade das demandas**

●O governo Ratinho Junior (PSD) deu mais um passo na paralisação de investimentos estaduais destinados aos municípios paranaenses. Uma deliberação do Comitê de Governança Fiscal (CGF), assinada em 4 de novembro, determina a suspensão imediata de procedimentos licitatórios, impede a homologação de licitações já realizadas e proíbe a assinatura de contratos e a emissão de ordens de serviço para obras e serviços vinculados aos convênios abrangidos pela revisão estadual. A decisão ocorre depois de meses de anúncios de investimentos, garantias públicas de cumprimento dos acordos e sucessivas medidas de cancelamento e suspensão de projetos municipais. O documento, obtido pela Gazeta do Paraná, regulamenta procedimentos decorrentes do Decreto Estadual nº 15.581, publicado em 30 de outubro, e estabelece novas obrigações para as prefeituras. A deliberação também impede o remanejamento de recursos de convênios cancelados para novos acordos e reforça que municípios poderão assumir integralmente os custos de compromissos firmados após receberem notificações do Estado. A medida representa mais um capítulo de uma controvérsia acompanhada pela Gazeta, quando o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, reconheceu que o Estado não teria condições de atender à totalidade das demandas apresentadas pelos municípios. Na ocasião, entretanto, assegurou que os convênios efetivamente assinados seriam cumpridos. Público ● P.3

R$ 6,2 mi por sistema que monitora celulares?

●Em meio às suspeitas de espionagem que voltaram a atingir o governo do Paraná, após a divulgação de uma investigação policial envolvendo o ex-diretor de Inteligência da CGE, Mehdi Mouazen, documentos oficiais obtidos pela Gazeta revelam a aquisição de um equipamento de inteligência de R$ 6,2 milhões pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP). A tecnologia, contratada em 2019 e integralmente paga em janeiro de 2021, possuía funcionalidades de localização de dispositivos móveis, bloqueio seletivo de comunicações e extração remota de conteúdos. Público ● P.2

STEIN CASCAVEL ENTRA EM QUADRA PELAS SEMIFINAIS DA LIBERTADORES



Faltam dois jogos para o tri

Nesta sexta-feira (13), as meninas enfrentam o Peñarol do Uruguai e buscam vaga na grande final

●Esta é a nona edição da Libertadores da América de futsal feminino. E apenas times brasileiros foram campeões. Logo, o Stein Cascavel, representante do Brasil na edição de 2026, pode se tornar o maior campeão do torneio. A equipe cascavelense, bicampeã da América e vencedora das edições de 2023 e 2024, está perto de se tornar a primeira tricampeã. E agora faltam só dois jogos para isso. A semifinal e a grande decisão. O Stein Cascavel tenta chegar pela terceira vez na final da Libertadores e entra em quadra nesta sexta-feira (13) contra o Peñarol do Uruguai. O jogo será às 17 horas, pelo horário de Brasília, no ginásio Multideportivo Ferro Carril Oeste, em Buenos Aires, na Argentina. A outra semifinal também será nesta sexta entre o anfitrião da Libertadores, o Ferro Carril, e o Deportivo La Unión do Equador. O Stein Cascavel fechou a fase classificatória com a melhor campanha. Esta será a terceira vez que o Stein Cascavel enfrenta o Peñarol do Uruguai em jogos pela Libertadores. E são duas vitórias de goleada. Em 2023, vitória por 6 a 0. E em 2024, triunfo de 5 a 0 sobre as uruguaias. Esportes ● P.6

Conmebol

Quase diplomado

Dallagnol aguarda TSE sobre eleição ao Senado

O futuro político de Deltan Dallagnol (Novo) permanece indefinido a pouco mais de um mês do prazo final para a diplomação dos eleitos nas eleições de 2026. O TSE ainda não marcou uma nova data para julgar o recurso que pode invalidar a eleição do ex-procurador ao Senado pelo Paraná. O processo continua sem previsão de retorno ao plenário. Público ● P.4


Gabriel Cabral/Folhapress

Posição política

Justiça proíbe Kilter de incentivar as demissões

A decisão da Justiça do Trabalho que proibiu o vereador de Curitiba e deputado federal eleito Guilherme Kilter (Novo) de incentivar demissões por posicionamento político ocorre em meio a uma sequência de denúncias de assédio eleitoral. Levantamento mostra que o número de denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho quase dobrou. Público ● P.4



Rodrigo Fonseca

Seleção Brasileira

Ancelotti esboça o time para o jogo com o Japão

O técnico Carlo Ancelotti esboçou a escalação da Seleção Brasileira em Singapura. O treinador contou com todos os jogadores à disposição, incluindo Bruno Guimarães. O meio-campista do Arsenal participou pela primeira vez de uma atividade completa. A principal dúvida segue na lateral esquerda. Douglas Santos disputa posição com Carlos Augusto. Esportes ● P.6

Público

Equipamento de inteligência Contrato da Segurança Pública prevê localização de dispositivos, bloqueio de comunicações e extração remota de conteúdos, conforme a descrição contratual

Paraná pagou R$ 6,2 milhões por sistema capaz de monitorar celulares

O equipamento milionário foi adquirido pela Polícia Civil do Paraná por meio do Contrato nº 1025/2019, firmado com a empresa Suntech S.A. em 3 de dezembro de 2019

DA REDAÇÃO
Cascavel


Paraná pagou R$ 6,2 milhões por equipamento de inteligência Casa Militar

● Em meio às suspeitas de espionagem que voltaram a atingir o governo do Paraná, após a divulgação de uma investigação policial envolvendo o ex-diretor de Inteligência da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Mehdi Mouazen, documentos oficiais obtidos pela Gazeta do Paraná revelam a aquisição de um equipamento de inteligência de R$ 6,2 milhões pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP). A tecnologia, contratada em 2019 e integralmente paga em janeiro de 2021, possuía funcionalidades de localização de dispositivos móveis, bloqueio seletivo de comunicações e extração remota de conteúdos, conforme a descrição contratual.

A contratação ganha relevância diante das novas denúncias sobre a utilização de estruturas de inteligência do Estado. Mouazen, marroquino naturalizado brasileiro que comandou a Diretoria de Inteligência e Informações Estratégicas da CGE entre agosto de 2023 e março de 2024, voltou ao centro das atenções após ser citado em uma investigação sobre ataques anônimos a integrantes do próprio governo Ratinho Junior. O caso reacendeu questionamentos sobre o funcionamento dos órgãos de inteligência, os mecanismos de controle e o acesso a ferramentas capazes de monitorar comunicações.

O equipamento milionário foi adquirido pela Polícia Civil do Paraná por meio do Contrato nº 1025/2019, firmado com a empresa Suntech S.A. em 3 de dezembro de 2019. A contratação ocorreu mediante o procedimento de inexigibilidade nº 22887/2019, modalidade utilizada quando a competição entre fornecedores é juridicamente inviável. O objeto contratual identifica a solução tecnológica GI2S-ACE/EPIC, destinada a atividades de inteligência policial.

Tecnologia de R$ 6,2 milhões

A descrição contratual revela capacidades que vão além da simples consulta a bancos de dados. O sistema adquirido foi apresentado como uma solução tecnológica para detecção de dispositivos móveis, bloqueio seletivo, localização e extração remota de conteúdos. Essas funcionalidades colocam o equipamento em uma categoria de ferramentas sensíveis, cuja utilização exige controle institucional rigoroso. A capacidade tecnológica de acessar ou interferir em dispositivos de comunicação torna especialmente relevantes os registros de operação, as autorizações e a identificação dos agentes responsáveis pelo equipamento.

O Paraná pagou R$ 6,2 milhões pelo sistema, mas os documentos obtidos pela reportagem não esclarecem quem operou o equipamento nem em quais operações ele foi utilizado

O valor contratado foi de R$ 6.200.000,00. Os documentos financeiros apontam dois pagamentos realizados em 26 de janeiro de 2021: um de R$ 5.023.121,37 e outro de R$ 1.176.878,63, que juntos correspondem ao valor integral da contratação.

Há um detalhe na documentação que merece atenção. A nota fiscal de maior valor, correspondente a R$ 5.023.121,37, foi emitida em 13 de janeiro de 2021, depois do encerramento do prazo contratual originalmente previsto para 4 de dezembro de 2020. Os documentos examinados não apresentam termo aditivo relacionado à prorrogação desse prazo. A emissão posterior da nota, isoladamente, não caracteriza irregularidade, mas torna relevante examinar os registros de entrega, recebimento e liquidação da despesa.

Fiscalização do TCE

A aquisição também chegou ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). No processo nº 572630/26, foram reunidas informações sobre a contratação e os procedimentos de fiscalização relacionados à Secretaria da Segurança Pública. As respostas das unidades de fiscalização indicam que o Contrato nº 1025/2019 não foi objeto de auditoria específica pela Quinta e pela Sexta Inspetorias de Controle Externo. Embora as contas da Secretaria da Segurança Pública referentes aos exercícios de 2019 e 2020 tenham sido julgadas regulares, essa avaliação geral não equivale a uma análise individualizada da aquisição milionária.

A distinção é importante. A aprovação das contas de um órgão público não significa, necessariamente, que cada contrato celebrado durante o exercício tenha passado por exame específico quanto à execução, à entrega dos equipamentos e à utilização posterior. O material também registra a concessão de acesso ao processo nº 368997/24, mas o conteúdo integral desse procedimento não integra o conjunto documental analisado pela reportagem.

Equipamento

A contratação e o pagamento estão documentados. A questão que permanece é o destino operacional da tecnologia adquirida com recursos públicos. A documentação examinada não apresenta um histórico completo de movimentação física do equipamento, identificação de operadores, registros de utilização ou relação de operações em que a solução GI2S-ACE/EPIC tenha sido empregada.

São informações essenciais para avaliar os controles sobre uma ferramenta com capacidade de localização de dispositivos e extração de conteúdos. Também é necessário identificar a unidade responsável pela guarda do equipamento, os procedimentos de autorização de uso e a existência de relatórios de fiscalização posteriores à aquisição.

A ausência desses registros no material obtido pela Gazeta não significa que eles não existam nos arquivos da administração estadual. Significa que o conjunto documental disponível permite reconstruir a contratação e os pagamentos, mas não a trajetória operacional completa do sistema.

TCE pede explicações sobre contrato emergencial do lixo em Maringá

Tribunal quer saber por que a Prefeitura dispensou licitação para alugar caminhões compactadores e solicita documentos sobre preços, planejamento e pagamentos anteriores ao contrato

Gabriel Porta
Cascavel

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) pediu explicações à Prefeitura de Maringá sobre a contratação emergencial de uma empresa para locação de caminhões compactadores utilizados na coleta de lixo. O procedimento, realizado por meio da Dispensa de Licitação nº 152/2026, é questionado pelo Observatório Social de Maringá, que aponta possíveis falhas no planejamento, diferença de preços em relação ao contrato anterior e pagamentos por serviços realizados antes da formalização do novo acordo.

A representação foi apresentada pela Sociedade Eticamente Responsável (SER), responsável pelo Observatório Social de Maringá. O caso está registrado no processo nº 0629569/26 e foi analisado pelo conselheiro Augustinho Zucchi.

Em despacho publicado no Diário Eletrônico do TCE-PR, o relator considerou necessário ouvir a administração municipal antes de decidir sobre o recebimento da representação. Por isso, determinou que a Prefeitura apresente manifestação prévia, acompanhada de documentos, no prazo de cinco dias. O Tribunal quer entender quais circunstâncias levaram à abertura da contratação emergencial e como a Prefeitura caracterizou a situação de urgência que justificou a dispensa de licitação.

Questionamentos

Segundo a representação, a necessidade de manter os serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos era previsível. Por isso, o Observatório questiona se a situação poderia ter sido evitada com planejamento prévio da administração municipal.

A entidade também argumenta que havia uma alternativa para garantir a continuidade do serviço: a utilização ou prorrogação da ata de registro de preços que estava em vigor anteriormente. O documento questiona por que essa possibilidade não foi adotada pela Prefeitura. Outro ponto levantado é o valor da contratação emergencial. O Observatório aponta que os preços do novo ajuste seriam superiores aos praticados no contrato anterior e levanta a possibilidade de sobrepreço e de prejuízo aos cofres públicos. A representação também questiona pagamentos relacionados a serviços que teriam sido prestados antes da formalização do contrato decorrente da dispensa de licitação. Para a entidade, é necessário esclarecer se essas despesas tinham cobertura contratual adequada.

Documentos

Na manifestação solicitada, o TCE-PR determinou que a Prefeitura esclareça oito pontos. Entre eles estão os motivos que levaram à Dispensa de Licitação nº 152/2026, a caracterização da emergência e a situação do procedimento licitatório destinado à contratação regular dos serviços.

O município também deverá informar se era possível utilizar ou prorrogar a ata de registro de preços anterior e apresentar as razões para não ter adotado essa alternativa. O Tribunal ainda pediu explicações sobre os critérios utilizados para definir os preços da contratação emergencial, além de informações sobre a execução dos serviços e os pagamentos realizados antes da formalização do ajuste.


Coleta de lixo em Maringá Reprodução / Redes sociais

A Prefeitura também poderá apresentar documentos sobre as medidas adotadas para garantir a continuidade da coleta de resíduos sólidos urbanos.

Representação

O despacho não representa uma decisão definitiva sobre a existência de irregularidades. Nesta etapa, o TCE-PR determinou a manifestação prévia do município para reunir informações que permitam avaliar os questionamentos apresentados. Depois que a Prefeitura encaminhar a resposta e os documentos, o processo deverá retornar ao relator para análise do recebimento da representação.

A apuração poderá esclarecer por que a contratação emergencial foi necessária, se havia alternativa para manter o serviço por meio da ata anterior e se os valores pagos seguiram critérios compatíveis com os preços praticados anteriormente.

A Gazeta do Paraná procurou a Prefeitura de Maringá para comentar os questionamentos. O espaço permanece aberto para manifestação.

EM MARINGÁ

O que o TCE quer esclarecer

Por que a Prefeitura optou pela contratação emergencial
Como a administração caracterizou a situação de urgência
Se era possível utilizar ou prorrogar a ata de registro de preços anterior
Quais critérios foram usados para definir os valores do novo contrato
Como ocorreu a execução dos serviços e quais pagamentos foram feitos antes da formalização do ajuste

Convênios Deliberação impede novas contratações e ordens de serviço em acordos abrangidos pelo decreto; municípios podem ter de arcar com despesas assumidas após notificação estadual

Governo do Paraná trava licitações e obras de convênios municipais

A medida representa mais um capítulo de uma controvérsia acompanhada pela Gazeta desde maio, quando o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, reconheceu que o Estado não teria condições de atender à totalidade das demandas apresentadas pelos municípios

DA REDAÇÃO
Cascavel



Ratinho Junior prometeu, mas parece não pretender cumprir convênios com municípios AEN

●O governo Ratinho Junior (PSD) deu mais um passo na paralisação de investimentos estaduais destinados aos municípios paranaenses. Uma deliberação do Comitê de Governança Fiscal (CGF), assinada em 4 de novembro, determina a suspensão imediata de procedimentos licitatórios, impede a homologação de licitações já realizadas e proíbe a assinatura de contratos e a emissão de ordens de serviço para obras e serviços vinculados aos convênios abrangidos pela revisão estadual. A decisão ocorre depois de meses de anúncios de investimentos, garantias públicas de cumprimento dos acordos e sucessivas medidas de cancelamento e suspensão de projetos municipais.

O documento, obtido pela Gazeta do Paraná, regulamenta procedimentos decorrentes do Decreto Estadual nº 15.581, publicado em 30 de outubro, e estabelece novas obrigações para as prefeituras. A deliberação também impede o remanejamento de recursos de convênios cancelados para novos acordos e reforça que municípios poderão assumir integralmente os custos de compromissos firmados após receberem notificações do Estado.

A medida representa mais um capítulo de uma controvérsia acompanhada pela Gazeta desde maio, quando o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, reconheceu que o Estado não teria condições de atender à totalidade das demandas apresentadas pelos municípios. Na ocasião, entretanto, assegurou que os convênios efetivamente assinados seriam cumpridos. Agora, mesmo instrumentos já formalizados estão sujeitos a restrições administrativas e financeiras, desde que enquadrados nas condições estabelecidas pelo decreto.

De promessas a suspensões

A sequência de decisões contrasta com as garantias apresentadas anteriormente pela equipe econômica do governo. Em 14 de outubro, durante prestação de contas na Assembleia Legislativa, o então secretário da Fazenda em exercício, Luiz Paulo Budal, afirmou que os convênios assinados seriam honrados e que havia cobertura financeira para os compromissos formalizados.

Dois dias depois, a Gazeta revelou que a Secretaria de Estado das Cidades havia cancelado 445 prioridades de investimentos municipais, estimadas em R$ 534 milhões, e suspendido outras 304, correspondentes a aproximadamente R$ 770 milhões. Somadas, as medidas alcançavam cerca de R$ 1,3 bilhão em projetos.

Embora essas prioridades administrativas não sejam equivalentes a convênios formalizados, os números já demonstravam uma redução significativa no conjunto de investimentos que poderiam avançar para a contratação e execução.

Na mesma época, dados apresentados pelo deputado estadual Paulo Gomes apontavam que, de aproximadamente R$ 6,4 bilhões em investimentos anunciados pelo governo, R$ 1,49 bilhão havia sido empenhado e apenas R$ 858 milhões efetivamente pagos até junho. A diferença entre anúncios, empenhos e pagamentos não representa necessariamente descumprimento de obrigações, mas evidencia a distância entre os investimentos divulgados e os recursos efetivamente transferidos.

Prefeitos pressionados

Em 16 de outubro, o governo encaminhou às prefeituras o Ofício Circular nº 06/2026, estabelecendo prazo improrrogável de 48 horas para apresentação de informações sobre licitações vinculadas aos convênios. A falta de resposta poderia resultar no cancelamento dos acordos. A cobrança provocou preocupação entre prefeitos e repercutiu na Assembleia Legislativa. Em 19 de outubro, o líder do governo, deputado Hussein Bakri (PSD), procurou esclarecer que o prazo se referia à apresentação de documentos, e não à conclusão das licitações.

A situação ganhou novos contornos em 3 de novembro, quando Bakri passou a atribuir a determinadas prefeituras a responsabilidade pelo não avanço de projetos. Segundo o parlamentar, alguns municípios não haviam concluído a elaboração de projetos ou atendido às exigências administrativas necessárias para a continuidade dos investimentos. "Tem alguns municípios que não finalizaram a confecção dos projetos. Tem alguns municípios que têm problemas particulares que ainda não fizeram tudo aquilo que cabe ao município", declarou o líder governista.

Bakri também afirmou que o governo estava examinando individualmente os investimentos para definir quais poderiam avançar. Entretanto, não apresentou a relação das prefeituras com pendências, os valores envolvidos ou a identificação dos convênios ameaçados.

A nova deliberação do Comitê de Governança Fiscal acrescenta um elemento à controvérsia: independentemente das pendências apontadas pelo líder governista, o próprio Estado determinou a interrupção de etapas administrativas de determinados convênios enquanto realiza sua reavaliação.

Obras impedidas de começar

A deliberação assinada em 4 de novembro estabelece restrições para três situações distintas. Nos convênios já publicados cujas licitações ainda não foram abertas, fica suspensa a abertura dos certames até autorização expressa do órgão estadual competente.

Quando a licitação já foi realizada, mas ainda não homologada, o município fica impedido de concluir essa etapa. A determinação alcança também procedimentos licitatórios homologados cujos contratos ainda não foram assinados ou cujas ordens de serviço permanecem pendentes.

Nessas situações, as prefeituras não poderão assinar novos contratos nem autorizar o início das obras ou serviços sem manifestação expressa do Estado.

O documento determina ainda a suspensão da tramitação dos processos administrativos destinados à formalização de novos convênios, termos de fomento, termos de colaboração e outros ajustes, respeitadas as exceções previstas no decreto.

As restrições não atingem indiscriminadamente todos os convênios estaduais. O Decreto nº 15.581 exclui expressamente instrumentos das áreas de Saúde e Educação e preserva situações específicas, incluindo obras com contratos já firmados e execução regular. Também prevê tratamento excepcional para serviços essenciais e situações de emergência.

Conta para os municípios

Um dos pontos mais delicados aparece no modelo de notificação anexado à deliberação. O documento informa que os repasses financeiros dos convênios submetidos à reavaliação estão suspensos e estabelece que novas obrigações assumidas após a notificação correrão por conta e risco dos próprios municípios.

Caso o Comitê de Governança Fiscal decida posteriormente pela suspensão, alteração ou denúncia do convênio, essas despesas não gerarão direito a ressarcimento ou compensação pelo Estado, nas condições estabelecidas pela norma.

Na prática, uma prefeitura que avance com determinada contratação após receber a notificação poderá ter de assumir os custos sem os recursos estaduais originalmente previstos. O modelo também estabelece prazo de 24 horas para apresentação de documentação oficial quando o convênio já possuir licitação homologada ou adesão a ata de registro de preços anterior ao decreto. A contagem começa com a abertura da pendência correspondente no sistema e-Protocolo.

Outra determinação impede que valores de convênios cancelados sejam remanejados para a celebração de novos acordos até posterior deliberação do Comitê de Governança Fiscal.

Explicações

A deliberação também estabeleceu obrigações para os próprios órgãos estaduais. Secretarias e demais entidades responsáveis pelos convênios deveriam informar ao Comitê, até 9 de novembro, se haviam realizado as notificações previstas no decreto, além de encaminhar informações e documentos sobre os instrumentos submetidos à revisão.

O prazo terminou na segunda-feira. O documento prevê responsabilização administrativa e fiscal dos agentes que derem causa a atrasos, conforme a legislação aplicável.

Apesar das sucessivas determinações, ainda não há, nos documentos analisados, uma relação consolidada dos municípios atingidos, dos convênios efetivamente paralisados ou do volume de recursos financeiros submetidos à reavaliação.

A ausência dessas informações impede dimensionar o impacto concreto das medidas sobre os investimentos municipais. Também dificulta verificar quais projetos apresentam pendências atribuíveis às prefeituras e quais dependem de autorizações ou decisões administrativas do próprio governo estadual.

GOVERNO RATINHO

O que muda com a deliberação

Licitações não abertas: ficam suspensas até autorização do órgão estadual
Licitações realizadas: não podem ser homologadas
Contratos pendentes: municípios ficam impedidos de assinar contratos e emitir ordens de serviço sem autorização
Novos convênios: processos de formalização também ficam suspensos, respeitadas as exceções
Despesas municipais: compromissos assumidos após a notificação poderão ficar sob responsabilidade das prefeituras, sem direito a ressarcimento nas condições previstas
Recursos cancelados: não podem ser transferidos para novos convênios até nova decisão do Comitê

Moro prepara reforma administrativa e intensifica transição

Governador eleito avalia orçamento, obras e contratos da atual gestão e pretende concluir a escolha dos secretários até dezembro; posse está prevista para 6 de janeiro de 2027

Valéria Mendes
Cascavel

●O governador eleito do Paraná, Sergio Moro (PL), intensificou os trabalhos de transição e iniciou o planejamento de uma reforma administrativa para o início de seu mandato. Na quarta-feira (11), ele reuniu integrantes da futura gestão em Curitiba para avaliar a situação financeira e administrativa do Estado e definir as primeiras medidas do novo governo. O encontro ocorreu no Chapéu do Pensador, espaço utilizado pelo ex-governador Jaime Lerner. Entre os assuntos discutidos estão o orçamento estadual, a estrutura das secretarias, os convênios, as obras públicas e as licitações em andamento.

A equipe de transição está analisando informações encaminhadas pela administração do governador Ratinho Junior (PSD), com o objetivo de identificar demandas e preparar as mudanças previstas para a próxima gestão. "Estamos fazendo um diagnóstico completo da situação atual do governo do Estado do Paraná e preparando os passos para nós fazermos a nossa reforma administrativa", afirmou Moro.

O governador eleito também declarou que pretende acelerar os trabalhos nas próximas semanas para iniciar o mandato com as principais ações planejadas. "Nós vamos intensificar os trabalhos cada vez mais para chegar já no dia 6 de janeiro com toda a força e pisando no acelerador", disse.



Divulgação

Quatro secretários

Moro pretende concluir a formação do primeiro escalão até o final de dezembro. Segundo o governador eleito, as escolhas serão orientadas por critérios técnicos, como competência, eficiência e reputação. Até agora, quatro nomes foram confirmados para integrar a futura administração estadual: Fátima Gavioli, Secretaria de Estado da Educação; Pricilla Santana, Secretaria de Estado da Fazenda; Fabiano Bordignon, Secretaria de Estado da Segurança Pública; e Edson Vasconcelos, vice-governador eleito, que também assumirá a Secretaria de Infraestrutura e Logística.

Os futuros secretários terão autonomia para definir os integrantes de suas equipes, conforme as diretrizes estabelecidas pelo governador eleito.

Reforma administrativa

A reorganização da estrutura administrativa será uma das primeiras medidas planejadas pela equipe de Moro. Entretanto, ainda não foram detalhadas quais secretarias ou órgãos estaduais poderão sofrer alterações. O levantamento realizado durante a transição também deverá orientar decisões sobre contratos, obras em execução, compromissos financeiros e programas mantidos pela atual administração. O processo de transição entre as equipes de Ratinho Junior e Moro começou oficialmente em novembro, com a troca de informações sobre a situação administrativa e financeira do Paraná. A expectativa do governador eleito é concluir o diagnóstico e definir os principais integrantes da futura gestão antes da posse, prevista para 6 de janeiro de 2027.

Recurso sem data TSE não marcou julgamento que pode invalidar a eleição do ex-procurador; diplomação está prevista para 18 de dezembro

Dallagnol aguarda TSE sobre eleição ao Senado a um mês da diplomação

Dallagnol segue com a candidatura ao Senado pelo Paraná sub judice a pouco mais de um mês da diplomação, enquanto processos sobre sua atuação na Lava Jato seguem em discussão

Cascavel
GABRIEL PORTA

O FUTURO POLÍTICO de Deltan Dallagnol (Novo) permanece indefinido a pouco mais de um mês do prazo final para a diplomação dos eleitos nas eleições de 2026. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não marcou uma nova data para julgar o recurso que pode invalidar a eleição do ex-procurador ao Senado pelo Paraná. O processo foi retirado da pauta em 8 de outubro e continua sem previsão de retorno ao plenário.

Eleito em segundo lugar na disputa, Dallagnol permanece com a candidatura sub judice. A diplomação está prevista para 18 de dezembro. Caso não haja uma decisão até essa data, ele poderá receber o diploma de senador mesmo com o registro ainda em discussão na Justiça Eleitoral.

A situação eleitoral é mais um capítulo da trajetória do ex-procurador após a Operação Lava Jato. Além da disputa no TSE, Dallagnol teve sua atuação na estruturação da força-tarefa questionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em um processo que envolve despesas com diárias e passagens de procuradores.

R$ 2,8 milhões

Em 2022, o TCU responsabilizou Dallagnol, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot e o ex-chefe do Ministério Público Federal no Paraná João Vicente Beraldo Romão pelo modelo de pagamento de diárias e passagens a integrantes da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba. O tribunal determinou o ressarcimento solidário de R$ 2.831.808,53, além de multas individuais de R$ 200 mil. Segundo a fiscalização, o modelo gerou despesas consideradas antieconômicas, porque procuradores de outras regiões recebiam diárias e passagens durante períodos em que exerciam atividades permanentes na capital paranaense.

Dallagnol contestou a responsabilização. Entre os argumentos apresentados, afirmou que não era ordenador de despesas e não tinha atribuição administrativa para autorizar os pagamentos.

O caso passou por diferentes instâncias judiciais. Em 2024, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) foi favorável ao ex-procurador. Em agosto de 2025, porém, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou recurso da defesa e restabeleceu o andamento da tomada de contas especial no TCU.

A decisão do STJ permitiu a continuidade da apuração, mas não representa uma nova condenação definitiva nem significa, por si só, que o ressarcimento já esteja sendo cobrado.

Devolução de dinheiro

Outro episódio relacionado à operação voltou ao noticiário nesta semana. A Justiça Federal determinou a devolução de aproximadamente R$ 2,42 milhões à empreiteira OAS, valor obtido com o leilão do tríplex do Guarujá (SP), realizado em 2018. O imóvel ficou conhecido durante a Lava Jato por ter sido atribuído ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como suposta vantagem indevida paga pela empreiteira. Lula chegou a ser condenado e preso, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as condenações relacionadas ao caso.

Na decisão, o juiz Marcelo Gentil Monteiro, da 12ª Vara Federal do Distrito Federal, considerou que o apartamento estava registrado em nome da OAS e que não havia fundamento jurídico para manter o dinheiro bloqueado após o encerramento da ação penal. O Ministério Público Federal também se manifestou favoravelmente à liberação.

A quantia é cerca de R$ 403 mil inferior ao valor que o TCU determinou como ressarcimento no processo sobre as despesas da força-tarefa. Os montantes, no entanto, têm origens e situações jurídicas diferentes. A liberação do dinheiro à OAS não altera o andamento da apuração sobre os gastos da Lava Jato.



Recurso no TSE questiona registro da candidatura ao Senado pelo Paraná Gabriel Cabral/Folhapress

SENADOR ELEITO

Os processos envolvendo Dallagnol

Eleição ao Senado: recurso no TSE questiona o registro da candidatura. O julgamento ainda não tem nova data
Despesas da Lava Jato: TCU determinou ressarcimento solidário de R$ 2,8 milhões e multas individuais de R$ 200 mil. O STJ restabeleceu o andamento da tomada de contas em 2025
Tríplex do Guarujá: Justiça Federal determinou a devolução de aproximadamente R$ 2,42 milhões à OAS. A decisão não interfere nos outros processos

Candidatura ao Senado

A contestação à eleição de Dallagnol foi apresentada pela federação formada por PT, PCdoB e PV e pelo PDT. Os partidos questionam a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) que autorizou a candidatura e pedem o indeferimento do registro, além da anulação dos votos recebidos pela chapa.

Na véspera do primeiro turno, o ministro Floriano de Azevedo Marques, relator do processo no TSE, decidiu individualmente pelo indeferimento da candidatura. No dia da votação, porém, o presidente da Corte, ministro Kassio Nunes Marques, suspendeu os efeitos da decisão e determinou que o caso fosse analisado pelo plenário. Com isso, os votos foram contabilizados e a eleição permaneceu provisoriamente válida.

A discussão tem origem na cassação do mandato de Dallagnol como deputado federal, em maio de 2023. Na ocasião, o TSE decidiu por unanimidade que ele havia deixado o Ministério Público Federal, em novembro de 2021, enquanto respondia a procedimentos administrativos e antes de possíveis desdobramentos disciplinares.

Para a Corte, a saída poderia ter sido uma tentativa de evitar restrições previstas na Lei da Ficha Limpa. A federação que questiona a candidatura ao Senado sustenta que a inelegibilidade reconhecida em 2023 continua válida até 2029. A defesa argumenta que a decisão anterior se limitou às eleições daquele ano e destaca que os procedimentos administrativos foram arquivados posteriormente.

O Ministério Público Eleitoral apresentou parecer favorável à manutenção do registro da candidatura. A decisão final, entretanto, depende do julgamento do recurso pelo plenário do TSE.

Justiça proíbe Kilter de incentivar demissões por posição política

Decisão atende a pedido do MPT após publicações do vereador e deputado federal eleito; Paraná registrou 198 denúncias da prática até 27 de outubro, durante as eleições de 2026 em todo o estado

Gabriel Porta
Cascavel

●A decisão da Justiça do Trabalho que proibiu o vereador de Curitiba e deputado federal eleito Guilherme Kilter (Novo) de incentivar demissões por posicionamento político ocorre em meio a uma sequência de denúncias de assédio eleitoral registradas no Paraná durante as eleições de 2026.

Em 11 de novembro, a 8ª Vara do Trabalho de Curitiba concedeu uma tutela de urgência a pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT) e determinou que o parlamentar interrompa manifestações que incentivem empresários a demitir ou perseguir funcionários por suas convicções políticas ou escolhas eleitorais.

A ação foi motivada por vídeos e publicações divulgados por Kilter após o segundo turno. Entre as mensagens estavam as frases "Demita um petista" e "Demissão de petista – gostoso demais". O descumprimento da decisão pode resultar em multa de R$ 50 mil por cada nova manifestação discriminatória. Também foi estabelecida multa diária de R$ 50 mil caso as publicações não sejam removidas e o comunicado determinado pela Justiça não seja divulgado.

Denúncias

Levantamento publicado pela Gazeta do Paraná mostra que o número de denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho quase dobrou no Paraná entre o primeiro e o segundo turno. O MPT-PR recebeu 75 registros até 4 de outubro. Em 25 de outubro, data do segundo turno, o total chegou a 142. Mesmo depois da votação, as reclamações continuaram chegando. Até as 14h de 27 de outubro, o órgão contabilizava 198 denúncias no Estado. Foram 56 novos registros em apenas dois dias após a eleição. Os relatos incluem ameaças de demissão, pressão para votar em determinado candidato e outras formas de constrangimento relacionadas à preferência política dos trabalhadores. O MPT também alerta que as represálias podem ocorrer depois da divulgação do resultado das urnas.

O crescimento das denúncias não significa que todas as situações tenham sido comprovadas. Cada caso depende de apuração individual pelos órgãos competentes.

Casos na Justiça

O Paraná também registrou outras situações envolvendo suspeitas de assédio eleitoral. Em outubro, a Justiça do Trabalho concedeu uma liminar contra a RPC TV após denúncias de jornalistas sobre possíveis pressões relacionadas ao resultado das eleições. A decisão proibiu práticas de pressão política e retaliação contra funcionários. A empresa também deveria esclarecer que salários, benefícios, jornadas e manutenção dos empregos não poderiam depender da escolha do próximo presidente.



Justiça do Trabalho proíbe vereador de incentivar demissão por posição política Rodrigo Fonseca

Em outro episódio, a vereadora de Curitiba Laís Leão pediu a cassação do mandato de Kilter por quebra de decoro parlamentar, após as publicações que incentivavam a demissão de trabalhadores identificados com o PT. O material também foi encaminhado ao MPT para análise.

A Gazeta do Paraná também revelou uma denúncia encaminhada ao MPT, ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e ao Ministério Público do Paraná (MPPR) sobre uma possível pressão para que servidores estaduais participassem de atividades político-eleitorais. O relato menciona funcionários comissionados e ocupantes de funções de confiança. As alegações ainda dependem de apuração.

DENÚNCIAS NO PARANÁ

Segundo os dados do MPT-PR citados no levantamento da Gazeta do Paraná

Até 4 de outubro: 75 denúncias
Em 25 de outubro: 142 denúncias
Até 27 de outubro, às 14h: 198 denúncias
Em dois dias após o segundo turno: 56 novos registros

Assédio eleitoral

O assédio eleitoral ocorre quando alguém utiliza uma relação de poder ou dependência profissional para constranger, ameaçar, intimidar ou tentar influenciar a posição política e o voto de um trabalhador. A prática pode envolver ameaças de demissão, promessa de benefícios, pressão para participar de atos de campanha ou discriminação por apoio a determinado partido ou candidato. As condutas podem ocorrer presencialmente ou por meios digitais, como mensagens e redes sociais.

Result
CONSULTORIA EMPRESARIAL
✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade
Impulsionando negócios, gerando **resultados**
Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso


A PREFEITURA DE CASCAVEL NÃO PARA!



Em andamento

MAIS DE
R$ 300 MILHÕES
EM OBRAS EM TODO MUNICÍPIO.

Em breve
NOVO HOSPITAL DA REGIÃO NORTE

4 NOVOS CMEIs NO INTERIOR

10 NOVAS UNIDADES DE SAÚDE

NOVOS ECOPARQUES

220 Km DE ESTRADAS RURAIS COM ASFALTO NOVO

TRINCHEIRA DO CASCAVEL VELHO

O MAIOR INVESTIMENTO EM **ASFALTO NOVO** DA HISTÓRIA

E MUITO MAIS VEM POR AÍ

GOVERNO MUNICIPAL
CASCAVEL
CIDADE UNIDA E PRA FRENTE

cidade em OBRAS

Libertadores de futsal feminino Stein Cascavel joga contra o Peñarol nesta sexta (13) pelas semifinais

Faltam dois jogos para o tri da América



O Stein joga contra o Peñarol hoje e busca vaga na grande decisão Assessoria Stein

Se vencer o jogo desta sexta, o time cascavelense decide a Libertadores neste sábado (14)

LUCIANO NEVES
Cascavel

● Esta é a nona edição da Libertadores da América de futsal feminino. E apenas times brasileiros foram campeões. Logo, o Stein Cascavel, representante do Brasil na edição de 2026, pode se tornar o maior campeão do torneio. A equipe cascavelense, bicampeã da América e vencedora das edições de 2023 e 2024, está perto de se tornar a primeira tricampeã. E agora faltam só dois jogos para isso. A semifinal e a grande decisão.

O Stein Cascavel tenta chegar pela terceira vez na final da Libertadores e entra em quadra nesta sexta-feira (13) contra o Peñarol do Uruguai. O jogo será às 17 horas, pelo horário de Brasília, no ginásio Multideportivo Ferro Carril Oeste, em Buenos Aires, na Argentina. A outra semifinal também será nesta sexta entre o anfitrião da Libertadores, o Ferro Carril, e o Deportivo La Unión do Equador.

O Stein Cascavel fechou a fase classificatória com a melhor campanha. Foram quatro vitórias em quatro jogos. A equipe goleou a Universidad de Chile por 4 a 0 na estreia. Fez 9 a 0 sobre o Deportivo La Unión. Goleou o Llaneros por 5 a 1, a única equipe que conseguiu vazar a defesa cascavelense até agora. E fechou a primeira fase com mais uma goleada de 5 a 0 sobre o Exa Yzaty do Paraguai. Com isso, terminou na liderança do Grupo A com doze pontos. O La Unión avançou em segundo na chave com sete pontos. No Grupo A, o Ferro Carril também fechou a fase inicial com 100% de aproveitamento, na liderança da chave com doze pontos. O Peñarol, adversário do Stein nas semifinais, foi o segundo colocado com nove pontos. O Stein é dono do melhor ataque da Libertadores com 23 gols marcados. E também conta com os gols da artilheira Luana. A capitã da equipe é a goleadora da Libertadores com sete gols.

Domínio brasileiro

Além do Stein, outros dois times do Brasil são bicampeões da Libertadores. O Barateiro de Brusque venceu as edições de 2015 e 2016. O Taboão da Serra é o atual campeão e venceu a edição do ano passado. Antes disso, foi campeão da América em 2022. Outros dois times têm uma taça: a Female de Chapecó foi a primeira campeã, em 2013. E o também paranaense Cianorte foi campeão em 2019.

Números na Liberta

Em termos de Libertadores da América, o Stein Cascavel tem números impressionantes. Em três participações no torneio, o time de Márcio Coelho fez 16 jogos e venceu todos. Logo, tem 100% de aproveitamento na competição continental. A meta é continuar invicto para voltar para casa com a terceira taça.

No quesito gols, o time passou dos cem nesta edição e chegou a 102 gols em jogos de Libertadores. Apenas três sofridos. Na campanha do primeiro título, em 2023, na edição que ocorreu em Luque, no Paraguai, o Stein teve um desempenho ofensivo assustador: marcou 45 gols e a defesa não foi vazada.

Já na campanha do bicampeonato, em Cochabamba, na Bolívia, em 2023, o Stein marcou 34 gols e sofreu dois.

Bom presságio

Esta é a terceira vez que o Stein Cascavel enfrenta o Peñarol do Uruguai em jogos pela Libertadores. E são duas vitórias de goleada. O primeiro confronto ocorreu no dia 04 de junho de 2023. Na ocasião, vitória por 6 a 0 no jogo que marcou a estreia do time cascavelense em Libertadores.

Depois, na campanha do bicampeonato em 2024, o Stein voltou a enfrentar o Peñarol no dia 25 de julho pela fase classificatória. Na ocasião, vitória por 5 a 0. Detalhe: Luana, artilheira da atual Libertadores, marcou um gol naquela vitória.

Mais números

O Stein busca uma temporada perfeita em 2026 e tenta ser campeão de todas as competições. A equipe de Márcio Coelho já venceu a Supercopa de futsal, conquista que credenciou o time a ser o representante brasileiro na Libertadores. O Stein é finalista da Liga Feminina de Futsal (LFF) e do Paranaense da Série Ouro. Na Liga, o adversário será o Taboão da Serra e os jogos serão no dia 28 de novembro e 05 de dezembro. E no Estadual, o Stein repete a decisão dos dois anos anteriores contra a Copagril, de Marechal Cândido Rondon. O jogo de ida já será na próxima quarta (18), no ginásio Ney Braga. E a partida de volta será no dia 09 de dezembro, no ginásio da Neva.



Márcio Coelho busca o tetra da Liberta

Até agora, o Stein fez 37 jogos oficiais com 35 vitórias, um empate e apenas uma derrota, um aproveitamento de 95,4%.

Caso alcance a final da Libertadores, o técnico Márcio Coelho alcançará a impressionante marca de 23 decisões como comandante do time cascavelense. Detalhe: até agora, ele perdeu apenas duas. Em vinte finais disputadas até agora, são 18 títulos e dois vices.

E se tratando de Libertadores, Coelho é um trunfo importante do Stein Cascavel, já que ele busca o tetra. Além dos dois títulos que ele conquistou com a equipe cascavelense, Coelho foi campeão da América com a Female de Chapecó, em 2013.

Ancelotti tem dúvida na lateral da Seleção Brasileira

A Seleção Brasileira faz o penúltimo jogo do ano de 2026 contra os japoneses neste sábado (14)

Gazeta Esportiva
São Paulo

● O técnico Carlo Ancelotti esboçou a escalação da Seleção Brasileira durante o treino de ontem, realizado no Estádio Jalan Besar, em Singapura. O treinador contou com todos os jogadores à disposição, incluindo Bruno Guimarães. O meio-campista do Arsenal participou pela primeira vez de uma atividade completa após passar por um controle de carga nos últimos dias e foi escalado entre os titulares. A principal dúvida segue na lateral esquerda. Douglas Santos disputa posição com Carlos Augusto, e Ancelotti alternou os dois jogadores ao longo do treinamento.

Dessa forma, uma provável escalação do Brasil para o amistoso contra o Japão tem: Pedro Morisco; Wesley, Jair, Gabriel Magalhães e Douglas Santos (Carlos Augusto); Bruno Guimarães, Andrey Santos e Rayan; Estêvão, Raphinha e Vini Jr. O duelo contra o Japão, reedição do confronto pela segunda fase da Copa do Mundo, será disputado neste sábado (14), às 7h15 (de Brasília). Já na próxima terça-feira (17), o Brasil enfrenta Singapura, às 7h (de Brasília), em um confronto inédito entre as duas seleções. As duas partidas serão realizadas no Estádio Nacional de Singapura.


Carlo Ancelotti comandou o treinamento ontem Rafael Ribeiro/CBF

Chance

Andrey Santos, possível titular contra o Japão, esteve na coletiva da Seleção Brasileira. O volante do Manchester United novamente esteve na lista dos selecionados por Carlo Ancelotti e falou sobre a confiança de se juntar ao Brasil para este início de ciclo. "Para ser sincero, me sinto muito confiante. Acho que esta nova trajetória é muito importante para todos e também para mim, porque ainda sou jovem, tenho apenas 22 anos. Quando falamos da Seleção Brasileira, isso é muito importante para mim, porque sempre sonhei com este momento. Estou muito feliz por estar aqui. Claro que preciso fazer o meu trabalho no clube para poder estar aqui", disse o jovem.

Uma das principais dúvidas neste novo começo de Ancelotti é a formação inicial e o esquema utilizado. No setor de Andrey, o jogador deixou claro que pode fazer mais de uma função, apesar de preferir ser o primeiro volante. "É difícil dizer uma posição, porque me sinto muito à vontade jogando como primeiro volante, mas posso jogar mais à frente. Onde o mister precisar, vou estar sempre fazendo o meu melhor", afirmou Andrey.

CURTAS

FUTEBOL FEMININO

Internacional vence o Flamengo e abre vantagem na final da Copa do Brasil


Reprodução Flamengo

●O Internacional venceu o Flamengo por 3 a 1, de virada, pelo jogo de ida da final da Copa do Brasil feminina. A partida ocorreu na quarta-feira, no Estádio Luso-Brasileiro, no Rio de Janeiro (RJ). Letícia marcou o gol das rubro-negras, enquanto Valeria Cantuário, Sole Jaimes e Débora fizeram para as coloradas. Com o resultado, o Inter pode perder o jogo de volta por um gol de diferença que ainda levantará a taça da Copa do Brasil. Em caso de triunfo flamenguista por dois gols a mais, o campeão será decidido nos pênaltis. A segunda partida está prevista para domingo (15), às 16 horas, no Beira Rio.

SEGUNDONA

Londrina se despede da Série B com vitória

● O Londrina venceu o Náutico de virada por 2 a 1 no Estádio Vitorino Gonçalves Dias, em Londrina (PR), pela 38ª, e última, rodada da Série B do Brasileirão. Halan marcou o gol dos visitantes, enquanto Guilherme Cachoeira e João Andrade fizeram para os donos da casa. Com o resultado, o Londrina, que já estava rebaixado, encerra sua participação na Série B de 2026 na 18ª posição, com 35 pontos. Em 38 partidas, o time paranaense teve nove vitórias, oito empates e sofreu 21 derrotas, um aproveitamento de 30%. O Londrina tem a segunda pior defesa da Série B com 59 gols sofridos. O Náutico, por sua vez, seguiu na 16ª colocação, com 46 pontos. Agora, o Tubarão volta as atenções para o Campeonato Paranaense de 2027. Atual vice-campeão, tentará repetir a campanha que teve na edição passada.

FUTSAL

Pato Branco será a sede da Copa Intercontinental de futsal

● A organização da Copa Intercontinental de Clubes de Futsal 2026 divulgou a programação definitiva de jogos da competição, que inicia neste sábado (14) e vai até o dia 19 de novembro, na Arena Cláudio Petrycoski, em Pato Branco. Ao todo, serão onze partidas, com seis clubes de cinco países na disputa. A programação começa neste sábado com dois confrontos da fase de grupos, e termina na quinta-feira, dia 19, com a disputa pelo terceiro lugar e a grande final. Amanhã, o jogo de abertura será entre o Carlos Barbosa e o Bintang Timur Surabaya, da Indonésia, às 17 horas, em partida do Grupo B. O Pato estreia às 21 horas contra o Al-Ula Futsal, da Arábia Saudita, em jogo do Grupo A. No domingo (15), mais dois jogos. Às 17 horas, o Sporting de Portugal encara o Bintang Timur Surabaya. E às 20 horas, o tradicional Palma Futsal da Espanha estreia contra o Al-Ula Futsal. O Pato Futsal volta a jogar na segunda-feira (16) e terá uma pedreira pela frente. Enfrenta o Palma, às 20 horas. Antes, o Carlos Barbosa joga contra o Sporting de Portugal. Após a conclusão da fase de grupos, a competição terá uma pausa no dia 17 e retorna na quarta-feira (18) para as disputas da fase final.


Maurício Moreira

Publicidade Legal

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Comércio de Combustíveis Presidente Ltda, CNPJ 03.638.680/0001-61, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a Renovação da Licença de Operação - RLO para comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, comércio varejista de lubrificantes e serviços de lubrificação de lavagem de veículos automotores, instalada na Rua João Alencar Guimarães, nº 219, bairro Santa Quitéria, Curitiba/PR, CEP 80.310-420.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

G T Zanlorenzi E Cia Ltda, CNPJ 75.806.158/0001-52, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, a Licença de Operação para a atividade de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores e serviço de lubrificação de veículos automotores, instalada na Rua Amazonas Marcondes, nº 1106, Cabral, Curitiba/PR, CEP 80.035-230.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Salgado Filho Comércio de Combustíveis Ltda, CNPJ: 19.403.311/0001-20, torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a Concessão da Renovação da Licença de Operação, válida até 18/03/2027 sob a RLO-23000280 para a atividade de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores e serviço de lubrificação de veículos automotores, situada à Av. Senador Salgado Filho, 2738, Uberaba, Curitiba/PR, CEP: 81.570-000.

EDITAL DE LEILÃO E NOTIFICAÇÃO

FABIO GONÇALVES BARBOSA, devidamente autoriz. p/ Comitente: **SISPRIME DO BRASIL – COOPERATIVA DE CRÉDITO**, Av. Rio de Janeiro, nº 1758, Centro, Londrina/PR, venderá o bem abaixo em: **1º leilão, dia 29/10/26, das 10h às 14h** e **2º leilão, dia 30/10/26, das 10h às 14h.** P/ cd. lance a partir dos 03 min. finais, serão acresc. 03 min. p/ o término. **Local**: **www.fabiobarbosaleiloes.com.br**. **Bem: Lote 01 -** Área de terras c/ 204,22ha, Fazenda Monte Cristo, Gleba Pontal, Rosana/SP; CRI de Rosana/SP, nº 4915. **Avaliação**: R$ 9.804.922,58, **Valor no 1º leilão**: R$ R$ 9.804.922,58 **Valor mín. 2º Leilão**: R$ R$ 4.902.461,29. **Pgto**.: À vista. Imóvel Ocupado. **Ônus: ExTítEx autos 1001349-57.2025.8.26.0515. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária. Emitente:** Fernando Hiroiti Kato **Devedores Fiduciante/Avalista e Cônjuge:**: Milton Masayoshi Kato, Marta Emiko Sasaki Kato; Luiz Aparecido Ereno Spontoni e Idineia Aparecida Bigotto Ereno. Quem pretender arrematar, deverá ofertar lance p/ site supra, cadastrando-se até 24h antes do leilão. O comprador pagará no ato do leilão ao Leiloeiro, o valor arrematado, acresc. de 5% de comissão do Leiloeiro e assumirá os encargos decorrentes da aquisição/transmissão/averb. de eventuais benfs. que não estejam averbadas no CRI, bem como débitos de IPTU/ITBI/condomínio/água/luz e outros que recaiam sobre o bem, **a partir da arrematação.** Negativo o leilão, fica autoriz. venda direta p/ prazo de 30 dias nas mesmas condições do 2º leilão, p/ site supra. Inform.: Site supra e tel. (44) 99700-6030. Em, 05/10/26.

Fabio Gonçalves Barbosa – Leiloeiro Oficial

Ilmo. Sr (a) CLEITON ROBERTO DAVILA GAVAZZONI E

ENDEREÇO R. CONCEIÇÃO MOREIRA DESPRINDA N. 147
CASCAVEL – Paraná.
Nesta

Notificação Extrajudicial

JAIR FRASSON, brasileiro, contador, portador da RG n. 751190/MT, inscrito no CPF sob n. 283375579-15 e sua esposa **CELINA PAZINATTO FRASSON**, brasileira, do lar, portadora da RG n. 2.120.302-5 PR e inscrita no CPF 593053041-68 residentes e domiciliados na cidade de SORRISO-MT, representados por seu procurador constituído na procuração lavrada em 06.08.2015, Livro 798-P, folha 099/100, do 1º Tabelionato de notas de Cascavel – PR, Jeri Ricardo Pazzinatto, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 823.928.979-72, com endereço na cidade de Cascavel,, residente na cidade de Cascavel – PR, servem-se da presente missiva notificatória para lhe dar ciência do que segue.

Pela presente e na melhor forma de direito, notificamos Vossa Senhoria para, no prazo de 30 dias, contados do recebimento desta, efetuar o pagamento das parcelas vencidas referentes ao documento firmado com os notificantes, referente a compra do **lote 22 (VINTE E DOIS)** da **quadra 03 (TRÊS)** do loteamento **CAMPO BELO**

Constatamos que Vossa Senhoria está inadimplente em relação as parcelas de número 51 vencida em **11/01/2016** até a parcela número **120** vencida em **11/10/2021** em cujo o montante serão acrescidos juros legais.

Desta forma, tem a presente, o intuito de constituir Vossa Senhoria em mora, e lhe conceder o prazo de 30 dias para quitação do valor devido, relativamente às parcelas em aberto.

Advertimos que no caso de Vossa Senhoria não efetuar o pagamento no prazo acima assinalado (30 dias), ficará constituída em mora, considerando-se rescindido o contrato de pleno direito nos termos do art. 32 da Lei n. 6.766/79, facultado aos notificantes pleitearem as medidas judiciais que entender cabíveis ao caso.

Cascavel, 21 DE SETEMBRO DE 2026

Jair Frasson/Celina PazzinattoFrasson
p.p. Jeri Ricardo Pazzinatto

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026-PMSI-SRP
PROCESSO N.º 121/2026
REGIDO PELA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 27 de novembro de 2026, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o Programa Nacional de Alimentação Escolar e fórmula infantil em atendimento as unidades educacionais da rede municipal e ensino do Município de Saudade do Iguaçu, conforme as condições, quantitativos e demais especificações editalícias, de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.256.504,10 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil quinhentos e quatro reais e dez centavos).

MODO DE DISPUTA: "ABERTO".

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h do dia 27 de novembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h01 do dia 27 de novembro de 2026.

RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **8h30 do dia 27 de novembro de 2026**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.

Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.

Saudade do Iguaçu, 12 de novembro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2026-PMSI-SRP
PROCESSO N.º 122/2026
REGIDO PELA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 27 de novembro de 2026, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de mão de obra de pintura predial, interna e externa, em prédios públicos municipais, especialmente escolas e unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, bem como para futura e eventual aquisição de grama sintética, incluindo seu fornecimento e instalação nos parques infantis das escolas da rede municipal de ensino, conforme as condições, quantitativos e demais especificações editalícias, de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 795.593,00 (setecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e três reais).

MODO DE DISPUTA: "ABERTO".

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 9h30 do dia 27 de novembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 9h31 do dia 27 de novembro de 2026.

RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **10h do dia 27 de novembro de 2026**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.

Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.

Saudade do Iguaçu, 12 de novembro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
PREFEITO MUNICIPAL







HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
Boas notícias ligadas a viagens, estudos, aprovação ou publicações darão otimismo e vontade de embarcar em novas experiências. No amor e com os filhos, um gesto generoso criará maior aproximação. O futuro parecerá mais atraente com perspectivas positivas e respostas existenciais. Aproveite esta fase para decidir mudanças. Poder de conquista em alta!

Touro (21/04 a 20/05)
Um acordo financeiro em família ou negociação de imóvel terá bom andamento. Espalhe energias positivas na casa e reúna pessoas queridas para o jantar. Estudos, viagens ou uma questão jurídica entrarão em pauta, esclareça dúvidas e avalie possibilidades. Haverá mais entendimento no casamento, namoro ou sociedade a partir de hoje. Poder em alta!

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Dê mais leveza ao casamento e às parcerias de trabalho, conversas de hoje inspirarão ótimas ideias e motivarão novos planos a dois. Bom momento para apresentar projetos e agilizar negociações, suas palavras terão poder de persuasão. Dinheiro compartilhado e investimentos merecerão um olhar mais atento. No amor, o clima esquentará nesta noite!

Câncer (21/06 a 22/07)
Uma oportunidade de trabalho poderá trazer um ganho extra. O dia trará reconhecimento e boas perspectivas de crescimento financeiro. Cuide da saúde com uma atividade gostosa, como uma aula de dança ou passeio ao ar livre. Conversas sobre compromissos e planos práticos aproximarão o par. Gestos concretos terão efeito positivo nos relacionamentos.

Leão (23/07 a 22/08)
O dia trará boas surpresas no amor e nos projetos criativos, sua animação e generosidade conquistará pessoas e renderá convites especiais. Assuntos mal-resolvidos no passado ganharão um entendimento mais claro. Retome conversas delicadas e fortaleça suas bases afetivas. Criatividade e brilho marcarão sua presença nas redes sociais e eventos!

Virgem (23/08 a 22/09)
Gestos generosos aproximará a família e facilitará acordos. Lembranças de um antigo amor despertarão fantasias românticas. O dia também trará boas risadas e alegria na companhia dos filhos ou de alguém especial. Relaxe, descontraia e curta momentos carinhosos com pessoas queridas. Encontros de hoje fortalecerão a autoestima e os planos de mudanças.

Libra (23/09 a 22/10)
Troca de mensagens e conversas com amigos animarão o clima. Uma ideia sua ganhará apoio e poderá se transformar em um projeto em parceria. Na vida familiar, assuntos práticos precisarão da sua presença e bom senso. Aproxime irmãos. Evite conclusões precipitadas e esclareça dúvidas antes de decisões financeiras. Sua diplomacia abrirá portas!

Escorpião (23/10 a 21/11)
Carreira e finanças estarão em sintonia, uma oportunidade poderá aumentar seus rendimentos. Embarque em uma onda de energia positiva e tome decisões. Será bom momento para lançar um empreendimento ou firmar um negócio imobiliário e movimentar a vida em uma direção mais atraente. Repense objetivos pessoais e comece outro ciclo de vida!

Sagitário (22/11 a 21/12)
Júpiter ampliará suas perspectivas e trará boas oportunidades de viagens, estudos e publicações. Caminhos se abrirão com seu otimismo contagiante, alto astral e sabedoria. Organize as contas e valorize seus talentos em negociações. No amor, conversar sobre expectativas ajudará a aproximar os planos a dois da realidade. Autocuidado será essencial.

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Comece o dia com calma. Será bom momento para se organizar interiormente e resolver pendências financeiras. À tarde, valerá focar nos objetivos pessoais, investir na sua imagem e jogar a autoestima para cima. Na vida familiar, um assunto confuso exigirá paciência e conversa franca. Aproveite para esclarecer dúvidas e planejar as mudanças desejadas.

Aquário (21/01 a 19/02)
Amigos e o par inspirarão ótimas ideias para o futuro. Uma conversa a dois sobre planos de longo prazo animará o clima. O corpo pedirá atenção, desacelere e reserve um tempinho só para você depois dos agitos. Releia mensagens antes de enviar e evite mal-entendidos com pessoas próximas ou irmãos. Respeite a intuição e esclareça suas dúvidas com calma.

Peixes (20/02 a 20/03)
A carreira estará favorecida, o reconhecimento do seu trabalho dará sabor ao dia. As tarefas ganharão agilidade, com ótimo entrosamento nas relações e colaboração da equipe. Dê atenção aos amigos, às atividades de grupo e amplie contatos. As finanças pedirão mais controle, confira as condições das propostas e evite compras por impulso. Prestígio em alta!

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

13 Sex — 19° 28° — 2.6mm — Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
19° 28°	22° 32°	2.6mm 67% de chance	58% 96%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙ NE - 7km/h	↙ NE - 23km/h	05:39h às 18:56h	Nova

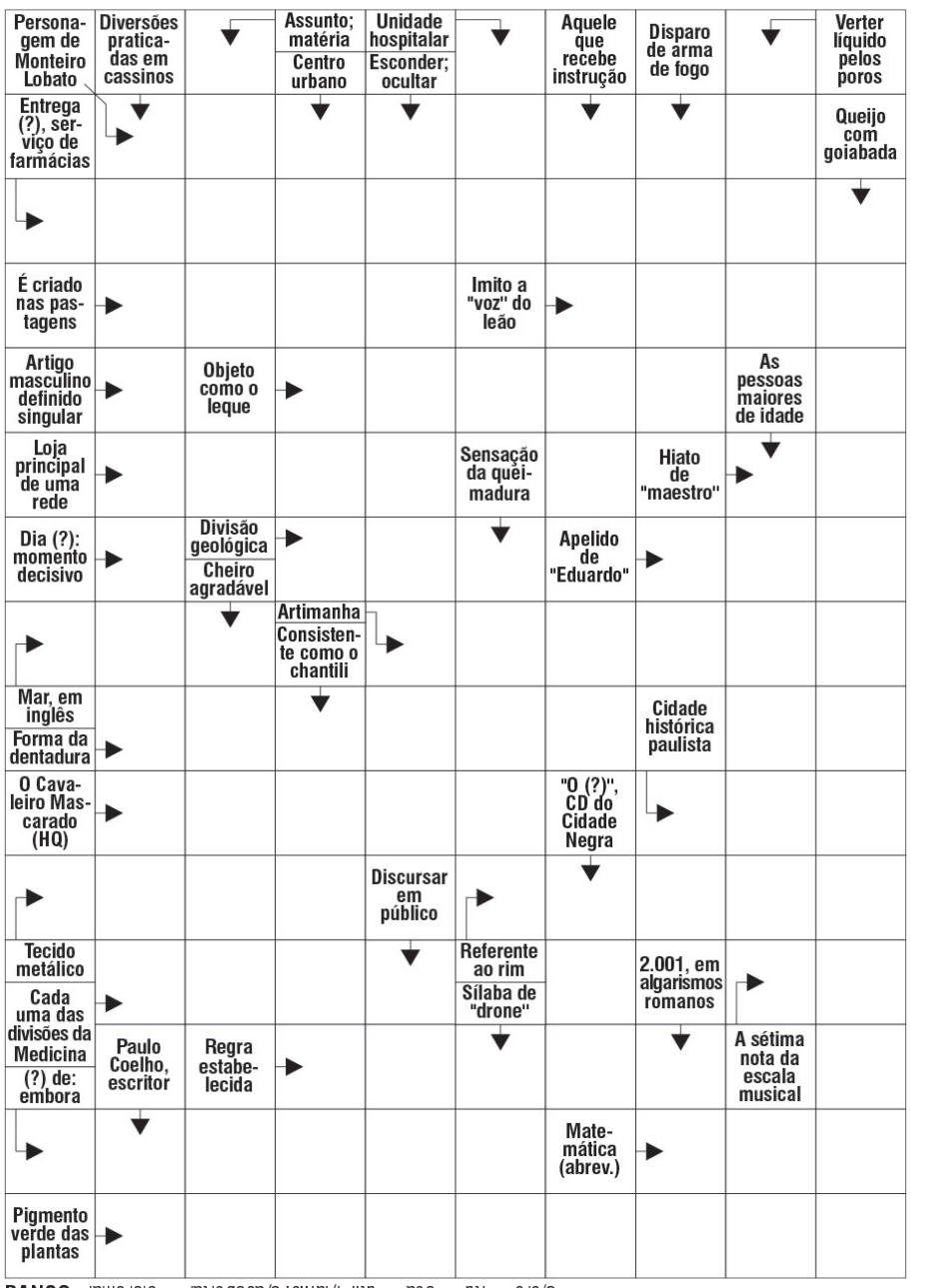
14 Sáb — 19° 29° — 0.0mm — Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
19° 29°	21° 32°	0.0mm	60% 85%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙ NE - 9km/h	↙ NE - 36km/h	05:39h às 18:56h	Nova

CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel



BANCO 3/erê — itu — sea — uti. 4/iamê. 9/acob etar — clorofila. 28



Solução

A	F	I	L	O	R	O	L	O	C	
A	M		E	R	A	S	E	P	A	
E		E	M	O	R	D	E	M		E
I	S		R		O	M	A	R		
L	A	M	E		R	E	N	A	L	
U	T	I		O	R	O	I	T	U	
J		L	O	D	A	C	R	A		
E	U	D		U	Q	O	T		E	
U	D	E		A	R	E		D		
E	A		O		E	D	E	S		
M		O	N	A	B	A		O		
O	R	R	U		O	D	A	G		
R	A	T	L	I	C	I	L	O	D	
	J	E	C	A	T	A	U	T		
		T			U			S		

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTIVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

** Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da **Gazeta do Paraná***

Editorial

Bilhões a pagar

● Um governo termina, mas suas decisões financeiras permanecem. No Paraná, a transição administrativa expõe uma questão que merece atenção muito além da disputa eleitoral: o volume de compromissos assumidos pelo governo Ratinho Junior que continuarão produzindo efeitos sobre as contas públicas durante anos, ou mesmo décadas. São contratos, empréstimos internacionais, concessões e parcerias público-privadas que ultrapassam mandatos e reduzem a liberdade de escolha dos futuros governantes.

O exemplo mais evidente está na educação. Em junho deste ano, o governo assinou o contrato da PPP Mais Escolas Paraná, que prevê a construção de 40 colégios estaduais e a prestação de serviços não pedagógicos por 20 anos. O investimento estimado ao longo da concessão é de R$ 6,3 bilhões. As contraprestações vencedoras somam R$ 28,7 milhões mensais, com pagamentos previstos após a entrada das unidades em operação. Trata-se de um compromisso que acompanhará sucessivas administrações, independentemente de suas prioridades orçamentárias.

A conta também cresce com as operações de crédito internacionais. Somente em 2026, o governo obteve autorização legislativa para contratar até R$ 1,2 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o programa Casa Fácil Paraná, além de US$ 100 milhões para o Fundo Estratégico do Paraná e US$ 50 milhões para o Paraná Empreendedor. Há ainda a proposta de financiamento de até US$ 186 milhões junto ao Banco Mundial para o Programa de Segurança Hídrica. São operações em diferentes estágios de tramitação e contratação, mas que revelam a dimensão dos compromissos financeiros projetados para os próximos anos.

Empréstimos podem viabilizar investimentos necessários, sobretudo quando oferecem condições mais favoráveis do que outras fontes de financiamento. Entretanto, não representam recursos gratuitos. Precisam ser pagos, acrescidos de juros e demais encargos, e operações denominadas em moeda estrangeira também podem ficar sujeitas aos efeitos da variação cambial. O dinheiro anunciado hoje poderá representar parcelas nos orçamentos de administrações que sequer participaram das negociações.

A mesma preocupação se estende às parcerias da Sanepar, às concessões de infraestrutura e aos contratos de prestação de serviços públicos. Não se trata de afirmar que toda parceria com empresas privadas seja prejudicial. O problema surge quando decisões de grande impacto financeiro são apresentadas exclusivamente como investimentos e modernização, enquanto as obrigações futuras recebem menor destaque no debate público.

É relativamente simples anunciar bilhões em investimentos. Mais difícil é explicar quanto será efetivamente desembolsado pelo poder público, em quais exercícios financeiros, sob quais condições de reajuste e com quais mecanismos de fiscalização. Também é necessário esclarecer os riscos de eventuais rescisões, revisões contratuais, oscilações cambiais e descumprimento de metas.

A responsabilidade fiscal não pode ser medida apenas pelo saldo disponível no encerramento de um mandato. Um governo pode apresentar indicadores favoráveis de endividamento e, simultaneamente, assumir compromissos que pressionarão os orçamentos seguintes. São dimensões diferentes das contas públicas, e ambas precisam ser examinadas.

Cabe à Assembleia Legislativa e aos órgãos de controle acompanhar não apenas a legalidade das contratações, mas sua sustentabilidade financeira. A próxima administração precisa receber informações completas sobre contratos vigentes, operações de crédito efetivamente contratadas, cronogramas de pagamento, garantias e riscos fiscais.

Ao deixar o governo, Ratinho Junior não entregará apenas obras, programas e indicadores econômicos. Deixará também uma extensa relação de obrigações financeiras que poderão comprometer recursos públicos por muitos anos. O verdadeiro tamanho dessa herança precisa ser conhecido pela população.

Afinal, o mandato tem prazo para terminar. A conta dos contratos e empréstimos, não.

Mais recuperações judiciais, menos estigma

Gledson **CAMPOS**

**Sócio da área de Reestruturação do Trench Rossi Watanabe*

Por muito tempo, recorrer à recuperação judicial significou, aos olhos do mercado, admitir publicamente um fracasso. Para fornecedores, clientes e instituições financeiras, o pedido era frequentemente interpretado como um sinal quase definitivo de incapacidade de pagamento. Mais do que uma alternativa à falência, a recuperação judicial era vista como sua antecâmara.

Essa percepção ajuda a tornar os números recentes especialmente relevantes. Em 2025, foram registrados 977 processos de recuperação judicial, envolvendo 2.466 empresas, segundo indicador da Serasa Experian. É o maior número de devedores afetados desde o início da série histórica. Em relação ao ano anterior, os processos cresceram 5,5%, enquanto o número de sociedades e/ou empresários individuais envolvidos avançou 13%.

A leitura mais imediata desses dados é negativa. Juros elevados, restrição de crédito, endividamento acumulado e desaceleração da atividade econômica formam um ambiente desafiador para devedores que precisam refinanciar suas dívidas. A própria distribuição setorial dos casos, com destaque para agropecuária e serviços, evidencia que o fenômeno não está restrito a uma atividade específica.

Seria precipitado, contudo, interpretar o aumento das recuperações judiciais apenas como reflexo da deterioração da economia ou da gestão das sociedades. Há outra hipótese que merece atenção e talvez explique parte do fenômeno: esse crescimento pode decorrer também de uma maior maturidade do mercado brasileiro, que gradualmente deixa de enxergar a recuperação judicial como uma declaração de fracasso e passa a reconhecê-la como instrumento legítimo de reorganização empresarial.

O estigma historicamente associado ao instituto produzia um efeito perverso. Devedores em dificuldade evitavam buscar uma solução estruturada enquanto ainda dispunham de caixa, ativos, clientes e capacidade operacional suficientes para uma reestruturação efetiva. Quando finalmente recorriam ao Judiciário, a crise já havia consumido parte relevante do valor que o processo deveria preservar.

A resistência em reconhecer a gravidade da situação retardava a adoção de providências e reduzia as alternativas disponíveis para devedores e credores. Esse cenário talvez esteja mudando.

Credores financeiros desenvolveram áreas especializadas na gestão de créditos problemáticos. Fundos de investimento passaram a adquirir créditos sujeitos a processos de reestruturação. Consultorias e escritórios de advocacia formaram equipes dedicadas a situações de crise. Investidores aprenderam a distinguir devedores inviáveis de negócios saudáveis que enfrentam problemas de liquidez, excesso de endividamento ou inadequação de sua estrutura de capital.

Nesse contexto, a recuperação judicial passa a integrar o vocabulário ordinário do mercado de crédito. Embora permaneça uma medida excepcional e deva ser utilizada com responsabilidade, já não é necessariamente interpretada como prova de que a atividade empresarial perdeu sua viabilidade.

A legislação também acompanhou, em alguma medida, essa evolução. A reforma de 2020 trouxe avanços ao reconhecer e disciplinar, por exemplo, mecanismos como o financiamento do devedor em recuperação e a apresentação de plano alternativo por credores, além de incentivar a conciliação e a mediação e fortalecer os instrumentos de recuperação extrajudicial.

Como toda obra humana, o sistema está longe de ser perfeito. Ainda assim, é inegável que já existe um ecossistema profissional capaz de avaliar alternativas, negociar concessões, buscar financiamento, vender ativos e formular soluções que, há alguns anos, seriam menos usuais.

Casos de grande repercussão também contribuíram para essa normalização. Quando devedores relevantes recorrem à recuperação judicial, o instituto deixa de ser associado exclusivamente a devedores sem perspectivas e passa a ser compreendido como parte do conjunto de ferramentas disponíveis para enfrentar uma crise financeira.

Essa mudança de percepção permite formular uma pergunta aparentemente paradoxal: o aumento das recuperações judiciais é necessariamente uma má notícia?

A resposta exige cautela. Evidentemente, o crescimento dos pedidos sinaliza dificuldades reais. Nenhum devedor recorre à recuperação judicial sem enfrentar uma crise relevante. O processo produz custos e incertezas, afeta credores e impõe sacrifícios. A redução do estigma não deve conduzir à banalização do instituto, muito menos transformá-lo em mecanismo de transferência oportunista dos riscos empresariais aos credores.

Um regime de insolvência eficiente não é aquele que impede devedores de ingressar em recuperação, mas aquele capaz de identificar quais negócios conservam viabilidade econômica e quais não.

A recuperação judicial deve criar um ambiente propício à reorganização dos negócios viáveis. Para aqueles que não o são, deve permitir uma liquidação célere e ordenada, evitando que a continuidade artificial da atividade destrua ainda mais valor.

Sob essa perspectiva, procurar proteção judicial mais cedo pode representar uma decisão racional. Um devedor que reconhece tempestivamente uma crise de liquidez dispõe de mais alternativas do que aquele que aguarda o esgotamento completo de seus recursos.

A maturidade do mercado também se manifesta no comportamento dos credores. Em vez de avaliar a recuperação apenas pela extensão do deságio ou pelo prazo formal de pagamento, credores sofisticados procuram comparar o valor econômico das diferentes alternativas. Em determinados casos, aceitar uma reestruturação pode produzir recuperação superior àquela que seria obtida em um cenário de falência ou em uma corrida desordenada por ativos.

Essa análise não elimina conflitos. A recuperação judicial é, por definição, um processo de distribuição de perdas. Devedores procuram preservar a atividade e reduzir o peso das obrigações; credores buscam maximizar sua recuperação e evitar tratamento desigual. O avanço institucional não está em suprimir essa tensão, mas em permitir que ela seja enfrentada com informação, transparência e regras previsíveis.

Há, portanto, duas forças atuando simultaneamente sobre os números. De um lado, as condições econômicas aumentam a pressão, especialmente em um ambiente de crédito caro e seletivo. De outro, a evolução do mercado e do sistema jurídico reduz a resistência à utilização de instrumentos formais de reestruturação.

O crescimento das recuperações judiciais provavelmente resulta da combinação desses fatores, e não de uma única causa. O desafio está em impedir que a normalização se transforme em indulgência. A recuperação judicial não pode servir para proteger devedores inviáveis por tempo indefinido ou impor aos credores sacrifícios incompatíveis com a realidade econômica. Sua legitimidade depende, sobretudo, de transparência para enfrentar as causas da crise.

Ao mesmo tempo, preservar o estigma tampouco interessa ao mercado. Atribuir automaticamente ao devedor em recuperação a condição de fracassado incentiva a postergação das decisões e agrava as perdas. Também ignora que devedores podem enfrentar crises por razões muito distintas.

Os números recentes devem, portanto, ser observados com preocupação, mas não apenas com pessimismo. Eles revelam um ambiente econômico difícil, mas também podem indicar que devedores e credores estão mais dispostos a reconhecer as crises e tratá-las de forma estruturada.

Talvez o verdadeiro sinal de maturidade não esteja na existência de poucas recuperações judiciais, mas na capacidade do sistema de separar, com rapidez, os recuperáveis dos irrecuperáveis, preservando valor e promovendo uma liquidação eficiente quando necessário.

O aumento das recuperações judiciais não deve ser comemorado. Tampouco precisa ser interpretado necessariamente como um atestado de fracasso. Em alguma medida, mais pedidos podem significar menos negação. O sucesso do sistema não deve ser medido pelo número de recuperações, mas por sua capacidade de produzir soluções eficientes.

Política & CIA

Moratória às avessas

O GOVERNADOR Ratinho Junior (PSD) resolveu fazer aquilo que aliados políticos apontavam como um dos riscos da chegada de Sergio Moro (PL) ao Palácio Iguaçu: colocar convênios estaduais sob revisão e suspender temporariamente repasses. O Decreto nº 15.581, publicado em 30 de outubro, entregou ao Comitê de Governança Fiscal o poder de manter, alterar, suspender ou encerrar acordos que ainda não avançaram para determinadas etapas de execução. A decisão chega na reta final de um governo que passou os últimos meses anunciando investimentos e assinando compromissos com municípios. Agora, prefeitos precisam esperar para descobrir quais promessas sobreviverão ao pente-fino. A ironia é inevitável: antes mesmo da posse do sucessor, quem acionou o freio foi o próprio Ratinho.

Cadê o dinheiro?

Sergio Moro começou a movimentar a equipe de transição e quer um diagnóstico completo das finanças estaduais até dezembro. Segundo o Blog do Tupan, o governador eleito pediu informações sobre orçamento, convênios, obras e licitações em andamento. A preocupação encontra terreno fértil diante da revisão determinada por Ratinho Junior. Nos bastidores, circulam dúvidas sobre a capacidade financeira do Estado para cumprir todos os compromissos assumidos nos últimos dois anos. Não há, entretanto, demonstração pública de insuficiência de caixa para bancar o conjunto dessas obrigações. A pergunta que começa a incomodar é outra: quanto do pacote de investimentos anunciado durante a campanha eleitoral está efetivamente garantido e quanto ainda depende de decisões administrativas?

Conta municipal

A revisão dos convênios não representa o cancelamento automático de todas as obras prometidas, mas já criou um problema político para os prefeitos. A regulamentação impede novos empenhos, liberações financeiras e determinadas autorizações enquanto os acordos abrangidos estiverem sob análise. Municípios notificados também foram advertidos de que novas despesas assumidas por sua conta poderão ficar sem ressarcimento estadual. Saúde, Educação e projetos com contratos assinados e execução regular estão preservados pelas exceções previstas. O detalhe é que muitas administrações municipais organizaram seus planejamentos com base em compromissos celebrados pelo próprio governo. Na região da Amepar, 22 municípios têm projetos dependentes de liberações estaduais. A assinatura pode ter rendido fotografia e discurso; a execução, pelo visto, exige uma segunda conferência.

Herança seletiva

O pente-fino promovido pelo Comitê de Governança Fiscal também oferece uma oportunidade política ao futuro governo. Se os convênios forem mantidos, Moro herdará compromissos negociados por Ratinho Junior. Se forem suspensos ou encerrados, poderá iniciar a gestão com parte das obrigações já revista pelo antecessor. Para os municípios, porém, pouco importa quem ficará com o desgaste político: o que interessa é saber se haverá dinheiro para executar os projetos. O decreto não estabelece prazo final para todas as análises, abrindo a possibilidade de que decisões atravessem a mudança de governo. A transição promete, portanto, uma disputa menos vistosa que a eleitoral, mas potencialmente mais complicada: a divisão entre as promessas feitas, as despesas assumidas e as contas que efetivamente chegarão ao próximo governador.

Orçamento bilionário

O Paraná discute uma proposta orçamentária de R$ 84,6 bilhões para 2027, mas o tamanho da previsão de receitas e despesas não elimina as dúvidas sobre a disponibilidade de recursos para compromissos específicos. A revisão dos convênios torna essa diferença particularmente importante. Uma coisa é anunciar o volume global do orçamento; outra é demonstrar que cada obra prometida possui previsão de desembolso compatível com sua execução. O desafio de Moro será transformar números apresentados pelo governo anterior em um planejamento próprio, enquanto Ratinho terá de explicar por que decidiu rever acordos justamente no encerramento do mandato. Entre a propaganda institucional e a execução financeira existe uma distância que os prefeitos começam a conhecer.

Vitrine legislativa

Alexandre Curi encerra sua passagem pela presidência da Assembleia com um resultado administrativo que poderá apresentar como credencial política: a Casa cumpriu os 132 critérios e 512 itens da avaliação de transparência. O reconhecimento também beneficia a Mesa Executiva, incluindo Gugu Bueno (PSD) e Maria Victoria (PP), em um período de reorganização das forças políticas para 2027. O desafio será converter o desempenho institucional em influência na próxima composição do Legislativo. Com a chegada de Sergio Moro ao governo, a Assembleia terá de redefinir sua relação com o Executivo. A transparência pode ser uma boa vitrine, mas não substitui a negociação política que decidirá quem comandará a Casa.

Quem fiscaliza?

A revisão dos convênios também coloca a Assembleia diante de uma oportunidade de exercer fiscalização sobre o Executivo. O governo determinou que os órgãos estaduais encaminhassem ao Comitê de Governança Fiscal informações sobre valores, municípios beneficiados, cronogramas e obrigações já assumidas. Trata-se de um levantamento que interessa diretamente aos deputados, sobretudo àqueles que participaram das articulações para viabilizar investimentos em suas bases eleitorais. A questão é saber se o Legislativo cobrará a divulgação consolidada desses dados ou aguardará que cada prefeito descubra individualmente o destino de seu convênio. Com o orçamento de 2027 em discussão, informação não deveria ser artigo de luxo.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana



SESSÃO BEM CASADOS: André e Simone Bueno ...



MARY e NERI DE MELLO (Parangolé)...



SALETE MACHADO e Talicio Cirino *Fotos: arquivo pessoal*

•Exemplo para o mundo
A lei é de 25 de março de 2010 que dispõe sobre o uso de sacolas e sacos plásticos ecologicamente corretos no município de Campo Verde-MT, foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito da época Dimorvan Brescancim. Já se passaram 14 anos e esta lei não foi revogada. Um amigo que esteve recentemente na cidade, se surpreendeu quando foi ao mercado e perguntou pelas sacolinhas tradicionais, recebeu um sonoro não da moça do caixa. "Mas como farei pra levar minhas comprinhas"? "Posso conseguir uma caixinha de papelão, mas somente desta vez, porque já vi que o senhor não é daqui. Na próxima vez, terá que trazer a sua sacolinha e que seja ecológica. Detalhe, disse ela, isso vale para toda cidade". Enquanto o mundo se afoga em plástico e já temos nano plástico em nosso cérebro, uma cidade com 37 anos (fundada em 1988), com uma população em torno de 45 mil habitantes, dá exemplo para o mundo, que é possível viver e - ninguém morrer por causa disso - sem sacolas e sacos plásticos...

•Bom dia!
Que seja de tranquilidade o nosso Fim de Semana! Para você, toda alegria de um coração abençoado por Deus, com muito amor, fé, sabedoria e harmonia, recebendo o hoje como o presente mais lindo, a graça mais especial, com toda gratidão e humildade, que a esperança e a magnífica emoção da vida irradiem a paz em todos os nossos momentos. *(Jared Hassan)*

•Que Covid?
O Dr. Mike Yeadon, ex-vice-presidente da Pfizer, em recente entrevista, abriu o jogo: "Eu peço desculpas. Eu estava errado e peço desculpas por isso. As 'meninas venenos' foram criadas para reduzir a população."

•Os marcianos
*Qual o carro preferido do Wolverine?
- Um Logan
* Qual a diferença entre o carro do rico e o carro do pobre?
- O rico entra no carro para sair e o pobre sai do carro pra pegar.
* Porque a namorada do Hulk o abandonou?
- Porque ela queria um homem mais maduro.

•Túnel do tempo
Algumas pequenas tragédias que só quem viveu nos anos 70, 80, 90 vai entender:
*Fazer permanente no cabelo.
*Cortar o cabelo repicado.
*Você arranhava com todo cuidado, mas quando levantava o papel via que o decalque Ploc Monsters tinha saído sem uma perninha. Você nunca tirava seu nome no Ploc Monsters.
*Chegar à padaria e lembrar que você tinha esquecido o casco do refrigerante.
*A Kombi que trocava garrafas velhas por picolés e pintainhos passava na sua rua um dia depois da sua mãe jogar tudo fora.
*Cair de costas enquanto tentava reproduzir o 'moonwalking' de meias, no piso encerado.

Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Discutindo regras do jogo

A imagem é da década de 1950 e mostra dois times de futebol supostamente discutindo as regras do jogo no campo localizado onde hoje é a Praça do Migrante, em Cascavel. Na época, era comum jogos entre casados x solteiros nos fins de semana. A bola era aquela famosa "capotão", que, quando chovia, dobrava de peso.



Acervo Xico Tebald

História da Catedral de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais

A foto foi tirada em 28 de abril de 1870 e é um dos primeiros registros fotográficos que se tem da Igreja Matriz, que depois foi reformada e deu lugar à atual Catedral de Curitiba. A fotografia mostra o retorno do Batalhão dos Voluntários da Pátria paranaense, que lutou na Guerra do Paraguai. O registro foi feito por Adolpho Volk, um imigrante alemão e um dos primeiros fotógrafos de Curitiba. A fotografia original segue preservada e intacta até hoje no Departamento de Gestão do Arquivo Público Municipal, que guarda mais de 150 anos de registros fotográficos e documentos históricos da Catedral e da cidade. São mais de 80 mil caixas de documentos, protegidos por uma equipe especializada na preservação e conservação de documentos.



Arquivo Público Municipal/Prefeitura de Curitiba

Vista parcial de Paranavaí em foto do século passado

Do acervo de Vanja Raval e compartilhada no grupo 'Paranavaí Memória e Fotos Atuais', o registro mostra a região central de Paranavaí, em algum momento do passado. Não foi possível precisar o ano da imagem. Oficialmente emancipada em 14 de dezembro de 1952 e com fama de ser a cidade mais quente do Paraná, Paranavaí tem a história de sua colonização iniciada cerca de quatro décadas antes, a partir dos anos 1910.

Naquele período, a já extinta Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco), que tinha à frente os empresários Geraldo Rocha e Landulpho Alves, financiou um trabalho de exploração e mapeamento de terras no noroeste do Paraná. O objetivo da companhia, até então, era o de construir uma estrada de ferro, projeto que acabou não saindo do papel.



AMPR e Memória Paranaense / Foto - Acervo de Vanja Raval / Acervo Paraná Histórica

Londrina em 1937

A fotografia capturada em 1937 é de um autor desconhecido. Tirada do alto da Igreja Matriz, uma singela construção de madeira que ocupava o local onde hoje está a Catedral Metropolitana, a imagem revela a paisagem urbana ainda incipiente, com ruas largas e poucas edificações. Uma imagem que contrasta com o cenário atual. Ao centro, a então alameda Manoel Ribas – nome dado em homenagem ao interventor do Paraná à época – corta esse trecho da cidade em meio a terrenos amplos e edificações esparsas. No canto esquerdo inferior, hoje, as árvores dão lugar a uma agência da Caixa Econômica Federal. Poucos metros à frente, mas do mesmo lado, encontram-se pontos de referência modernos, como uma agência do Sicoob e, na esquina adiante, atravessando a rua Minas Gerais, está o Bradesco.



Boni, Paulo César; Unfried, Rosana Reineri. Memórias Fotográficas. Londrina: Eduel, 2012. / Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss / Acervo Londrina Histórica